



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1002235-44.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Luis Antonio Correa e outros**
 Requerido: **Neusa Aparecida Rocha Correa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de ação de caráter voluntário em que a parte autora solicita expedição de alvará para levantamento de valores referentes a benefícios previdenciários e saldos de contas bancárias, não recebidos em vida pela falecida N.A.R.C., genitora dos autores.

Consoante se extrai da interpretação dos artigos 1º, da Lei nº 6.858/80, e 112, da Lei nº 8.213/91, o valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da Previdência Social, será destinado em quotas iguais aos dependentes habilitados perante o órgão administrativo ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares. Não havendo dependentes habilitados, os valores devem ser destinados aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento.

No caso dos autos, o óbito e a existência do valores a serem recebidos foram comprovados, não há dependentes habilitados perante a Previdência Social e os autores comprovaram ser herdeiros da falecida.

Acolho o pedido, **AUTORIZANDO** o autor Luis Antonio Correa, CPF nº 150.675.608-51, a proceder junto aos órgãos competentes e instituições bancárias, o levantamento dos valores não recebidos em vida pela falecida Neusa Aparecida Rocha Correa, CPF nº 195.101.728-55, referente ao resíduo de benefícios previdenciários e saldos de contas bancárias.

Em consequência, julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Custas pela parte autora e sem condenação em honorários de sucumbência, em razão do caráter voluntário da ação.

Ausente qualquer interesse recursal (art. 1.000 do CPC), **fica anotado o trânsito em julgado**, ocorrido na data de prolação desta sentença, **dispensado o lançamento de certidão pelo cartório**.

Após a expedição de alvará, remetam-se ao arquivo.

P. I.C.

São Carlos, 31 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

1002235-44.2018.8.26.0566 - lauda 1